JORNAL CSB
CENTRAL DOS SINDICATOS BRASILEIROS

SINDICATOS FORTES
BRASIL MAIS JUSTO

EDIÇÃO – ABRIL DE 2013

Mobilização da CSB em Brasília é recebida com entusiasmo pelo Congresso Nacional

Mais de 100 parlamentares, entre senadores e deputados, foram visitados nos três dias da ação

Representantes da CSB e de sindicatos filiados debateram com o vice-presidente Michel Temer questões urgentes para os trabalhadores

Página 3

A Campanha Nacional pela Ampliação dos Direitos Trabalhistas, promovida pela Central, mobilizou dirigentes e representantes de vários sindicatos filiados à entidade para debater junto aos parlamentares temas da pauta trabalhista.

Regulamentação da 151 está próxima

Durante a ação em Brasília, a Central trabalhou as principais urgências da categoria - como a PEC do salário mínimo e a regulamentação da Convenção 151 da OIT - junto ao MTE e com parlamentares e lideranças partidárias no Congresso Nacional.

Página 4

Dirigentes da CSB participam de jantar em homenagem ao presidente José Sarney

Página 2

Apoio às bandeiras de lutas e fortalecimento dos sindicatos na defesa das categorias

Página 5

CSB se filia ao DIAP para aprimorar atuação legislativa

Página 6

CLT 70 anos: não há nada mais moderno do que proteger o trabalhador

Página 8

Editorial

CSB mostra sua força e articulação política

Proposta para destravar a pauta trabalhista no Congresso Nacional e a mobilização da Central em Brasília pavimentam o caminho da ampliação dos direitos

O primeiro trimestre de 2013 acabou bem para a Central dos Sindicatos Brasileiros, que se consolidou como a sexta maior central do país, após aferição feita pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e pretende chegar ao fim de 2013 com o número necessário para ser reconhecida. A CSB ampliou sua visibilidade e mostrou às lideranças políticas que a Central é uma entidade forte e em franca ascensão, que defende e luta pelos interesses da classe trabalhadora. Esta mobilização pretende trazer à tona as necessidades mais urgentes dos milhões de brasileiros que contribuem para o desenvolvimento do país.

A última década foi marcada por avanços significativos no combate à desigualdade. Apesar das crises externas, estamos mantendo um nível de crescimento econômico, bem como do emprego, da renda e do nível de vida do povo. O desenvolvimento do Brasil é algo incontestável.

Cenário econômico nacional

O governo concedeu todos os benefícios reivindicados pelo empresariado para diminuir custos e aumentar a competitividade. Desonerou a folha de pagamentos, diminuindo os encargos da indústria. Reduziu os juros para investimento em infraestrutura. Disponibilizou recursos na inovação dos processos produtivos, impedindo o aumento das tarifas básicas para suprimir a inflação. Ao mesmo tempo, reduziu o custo da energia e tomou medidas para proteger a indústria instalada no Brasil.

Além disso, criou-se uma política de recuperação do salário mínimo, de fortalecimento do Estado e da regulação das relações trabalhistas. O movimento sindical conseguiu prestígio e melhor estruturação. Todos estes fatores nos mostram que o desenvolvimento do país está diretamente relacionado à ampliação dos direitos e à consequente distribuição de renda que isso proporciona.

O governo acertou ao conceder benefícios aos empresários para manter o crescimento econômico. Agora, chegou a hora de os trabalhadores terem sua parcela nessa grande fatia de conquistas. É necessário debater a criação de compensações sociais para ampliar e distribuir a renda, e, consequentemente, fortalecer o mercado interno. Somente a valorização do trabalhador fará com que o Brasil mantenha seu rumo, no caminho correto.

Queremos uma indústria e agricultura competitivas, um setor produtivo capaz de alavancar a riqueza nacional, alicerçado no conhecimento, na inovação e na ampliação tecnológica da produtividade.

Mobilização pela ampliação dos direitos

Questões como o fim do fator previdenciário, a redução da jornada de trabalho para 40 horas, a regulamentação das Convenções 151 e 158 da OIT, a consolidação dos direitos dos trabalhadores e a melhoria da renda são bandeiras arduamente defendidas por nós, porque a competitividade e o desenvolvimento do Brasil são indissociáveis da distribuição de renda e da ampliação dos direitos trabalhistas.

Está provado que as necessidades da sociedade e dos trabalhadores fazem parte de uma pauta emergencial. A campanha para a flexibilização dos direitos trabalhistas macula as conquistas já adquiridas. É com a valorização da classe trabalhadora que impulsionaremos o Brasil na manutenção do desenvolvimento.

Como instrumento de luta para consolidar estas conquistas, a CSB promoveu em Brasília, entre os dias 26 e 28 de fevereiro, a Campanha Nacional pela Ampliação dos Direitos Trabalhistas. A ação foi marcada por encontros com parlamentares para discutir a pauta de interesse dos trabalhadores, atualmente fora dos debates no Congresso Nacional.

Os três dias de trabalho foram um sucesso. Fomos à capital federal mostrar que a CSB veio para ficar. Participamos de várias reuniões, divulgamos o nosso manifesto para todos os parlamentares e lideranças que podem trabalhar conosco e levar nossas bandeiras para dentro do Congresso Nacional. Ressaltamos a importância de voltar a debater a pauta e criar contrapartidas sociais para melhorar a distribuição de renda e fortalecer a economia interna.

Nossa principal batalha é para ampliar direitos. Esse é o momento para avançarmos na mobilização e nas conquistas mais do que merecidas. Estaremos em qualquer lugar quando a luta for em defesa dos trabalhadores. E contamos com a ajuda de todos os companheiros. Sigamos em frente!

Antonio Neto
Presidente

Expediente

CENTRAL DOS SINDICATOS BRASILEIROS – CSB
CNPJ/MF SOB Nº 09.414.140/0001-80
Diretor-presidente: Antonio Neto • Diretor de Comunicação: José Roberto Fernandes
Endereço: Av. Auro Soares de Moura Andrade, 252, cjs. 91 e 92 – Barra Funda – São Paulo/SP – Brasil – CEP 01156-001
Tel.: (11) 2384-5705 / 5706 – Site: www.csbbrasil.org.br – E-mail: csbbrasil@csbbrasil.org.br
Jornal CSB: Edição abril/2013 • Tiragem: 12.000 exemplares • Jornalista Responsável: Alessandro Rodrigues – MTb 37.604/SP • Repórteres: Cintia Santiago MTb 69.548/SP, Victor Okada MTb 70.647/SP e Felipe Alves de Oliveira • Assessora de Imprensa: Mariana Francischini • Projeto Gráfico e Diagramação: Paulo Barros Jr. • Fotos: Equipe In Time, Jane Araújo e Romério Cunha • Edição e Produção Gráfica: In Time Comunicação – Tel.: (11) 5080-0670 – www.intimecom.com.br

Dirigentes da CSB participam de jantar em homenagem ao presidente José Sarney

Ernesto Pereira, Antonio Neto, José Sarney, Michel Temer e Mario Limberger no jantar em homenagem ao senador do PMDB

No dia 27 de fevereiro, Antonio Neto participou de em um jantar em homenagem ao senador José Sarney (PMDB-AP), no Palácio do Jaburu, residência oficial do vice-presidente da República, Michel Temer. O presidente da CSB estava acompanhado do presidente da Federação Nacional dos Técnicos Agrícolas, Mario Limberger, e do assessor parlamentar da Central, Ernesto Pereira.

Antonio Neto recebeu o convite diretamente de Michel Temer logo após a audiência de apresentação da pauta trabalhista proposta pela CSB, ocorrida em 27 de fevereiro.

O evento contou com a presença da presidente Dilma Rousseff; de Henrique Eduardo Alves, presidente da Câmara; Renan Calheiros, presidente do Senado; e ministros.

Manoel Dias toma posse no Ministério do Trabalho

No dia 21 de março, Manoel Dias tomou posse como novo ministro do Trabalho e Emprego em Brasília. A cerimônia contou com a presença do presidente da CSB, Antonio Neto, de dirigentes de outras centrais sindicais, autoridades e parlamentares.

Antonio Neto cumprimentou Manoel Dias e apresentou a ele as propostas da CSB para destravar a pauta trabalhista no Congresso Nacional. Dirigentes da Central também estiveram presentes na nomeação do novo ministro, feita pela presidente Dilma Rousseff em 16 de março.

Antonio Neto apresentou ao ministro as propostas da CSB

JORNAL CSB
Abr/2013

Mobilização da CSB em Brasília é recebida com entusiasmo pelo Congresso Nacional

Mais de 100 parlamentares, entre senadores e deputados, foram visitados

A Campanha Nacional pela Ampliação dos Direitos Trabalhistas, promovida pela Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) entre os dias 26 e 28 de fevereiro, em Brasília, mobilizou dirigentes e representantes de vários sindicatos filiados à entidade para debater junto aos parlamentares a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, a regulamentação das Convenções 151 e 158 da OIT, o fim do fator previdenciário, a consolidação dos direitos dos trabalhadores e a melhoria na distribuição da renda.

A CSB expôs banners em todos os postes da Esplanada dos Ministérios com o logotipo da Central e as principais palavras de ordem que integram as bandeiras de luta. Além disso, foi entregue aos parlamentares um kit da CSB, que incluía o manifesto da entidade (disponível na página 8), a edição de janeiro do jornal da Central, a relação da diretoria e brindes, como *mouse pad*, canetas e botons.

A criação de uma comissão para debater a pauta dos trabalhadores foi um dos principais temas da audiência

Encontros com parlamentares

No primeiro dia da ação, os representantes da CSB se reuniram com o senador e presidente do PMDB Valdir Raupp. Ele colocou o partido a serviço da Central e dos sindicatos. "Eu quero me colocar à disposição para acelerar os projetos", complementou Valdir Raupp.

Audiência no Palácio do Planalto

No dia 27 de fevereiro, os dirigentes tiveram um encontro com o vice-presidente da República, Michel Temer. Antonio Neto expôs as bandeiras da Central. "O governo ajudou os empresários, desonerando a folha de pagamento e dando isenção fiscal. Agora, chegou a vez dos trabalhadores também receberem o que lhes é de direito", sentenciou.

Michel Temer se dispôs a analisar a pauta trabalhista e a manter um diálogo com o movimento sindical e representantes da classe trabalhadora. "Vamos lutar juntos", defendeu o vice-presidente.

Reunião com o presidente do Senado

Os representantes da CSB se reuniram também com o presidente do senado, Renan Calheiros (PMDB/AL), para apresentar ao parlamentar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do salário-base. Leia na página 4 a matéria sobre a atuação da CSB na defesa dos servidores públicos em Brasília.

Renan Calheiros se propôs a criar uma comissão para debater a pauta dos trabalhadores. Ele ressaltou a importância do diálogo para discutir as bandeiras defendidas pela CSB. "Nós estaremos permanentemente abertos. Essa interlocução eu considero fundamental", explicou.

Alvaro Egea, secretário-geral da Central, considera importante o apoio do presidente do Senado. "É preciso aproveitar a gestão de Renan Calheiros para que destravemos a pauta, dando voz aos trabalhadores", comentou.

O senador Paulo Paim (PT/RS) também recebeu a CSB, e as propostas apresentadas pelos dirigentes da entidade entusiasmaram o parlamentar. "Eu defendo essas bandeiras. Contem comigo, sou parceiro da Central", finalizou o senador.

Reunião com o vice-presidente da Câmara

O vice-presidente da Câmara dos Deputados, André Vargas (PT/PR), mostrou entusiasmo ao receber dos dirigentes da Central a pauta trabalhista. O mesmo aconteceu com o Nilton Capixaba (PTB-RO), que recebeu os representantes da CSB com disposição.

Representantes dos administradores do Maranhão e dos agentes penitenciários do Distrito Federal também participaram de audiências com parlamentares e expuseram as bandeiras de lutas de suas categorias. Veja reportagem completa na página 5.

Filiação e apoio dos deputados

No dia 28 de fevereiro, a CSB filiou-se ao Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) no salão verde da Câmara. A reportagem completa da cerimônia de filiação pode ser lida na página 6.

Os deputados Raimundo de Matos (PSDB/CE), Chico Lopes (PC do B/CE), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), Weliton Prado (PT-MG), Aracely de Paula, Marinha Raupp (PMDB-RO) e Edinho Araújo (PMDB-SP) manifestaram satisfação com o empenho da Central em organizar um evento oficial em Brasília. Jair Bolsonaro (PP/RJ) e Domingos Sávio (PSDB/MG) se mostraram entusiasmados com as bandeiras da pauta trabalhista.

Além disso, Lincoln Portela (PR/MG) e Anthony Garotinho (PR/RJ) receberam a comitiva da Central no gabinete da liderança do partido na Câmara.

Balanço

Como reflexo da campanha, Antonio Neto se reuniu com o secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, em 5 de março, para expor ao ministro o crescimento da CSB, a participação da Central nos fóruns de interesse dos trabalhadores e o sucesso da ação em Brasília.

Para o 1º vice-presidente da Central, Luiz Sérgio da Rosa Lopes, o reconhecimento não poderia ser melhor. "Mais de 100 gabinetes visitados, e pelas recepções que tivemos, como a do vice-presidente da República, fica claro que nosso trabalho está no caminho certo", comentou o dirigente.

José Avelino Pereira (Chinelo) afirma que a iniciativa foi inovadora. "Isso mostra aos políticos, à sociedade, um projeto único para um Brasil diferente, um país novo. A CSB conseguiu alcançar muito bem seu poder de articulação", pontuou o vice-presidente.

O secretário-geral da Presidência, Gilberto Carvalho, elogiou a capacidade de mobilização da CSB

Veja no site da CSB a galeria de fotos da ação em Brasília.

Implementar a 151 é urgente para o país

CSB discute temas emergenciais da categoria em Brasília e ajuda a revogar Instrução Normativa que acabava com a contribuição sindical

Dirigentes da CSB e servidores públicos debatem com o senador Paulo Paim as pautas da categoria

A atuação da CSB na organização e desenvolvimento das bandeiras de lutas dos servidores públicos ganhou força e reconhecimento durante a ação em Brasília. Desde o dia 25 de fevereiro, quando houve a audiência pública sobre a cobrança da contribuição sindical dos servidores públicos, até o último dia da Campanha Nacional pela Ampliação dos Direitos Trabalhistas, na capital federal, a Central trabalhou as principais urgências da categoria, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do salário mínimo e a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e com parlamentares e lideranças partidárias no Congresso Nacional.

Salário-base

A CSB luta para impedir que estados e prefeituras paguem menos do que o salário mínimo aos servidores, prática muito comum atualmente. Durante a ação da Central na capital federal, na reunião com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB/AL), os dirigentes da CSB apresentaram ao parlamentar a defesa da PEC do salário-base.

O presidente Antonio Neto afirmou que a Central vai lutar para que o salário-base dos servidores seja, pelo menos, equivalente ao salário mínimo, para que eles não sofram defasagem na aposentadoria. A entidade defende que os benefícios adicionais ao salário são vantagens que o servidor acumula ao longo da carreira e não devem ser considerados o salário efetivo do trabalhador.

Renan Calheiros se propôs a criar uma comissão para debater a pauta dos trabalhadores, mostrou interesse pela questão e disse sempre lutar pela defesa do salário mínimo. "Vocês sabem que eu estive aqui na presidência do Congresso Nacional e no Senado em outras duas oportunidades. Nessa época, nós estabelecemos parcerias em todas as direções. Uma delas, que carrego com muito orgulho porque nós designamos aqui, foi propor uma política de valorização do poder de compra do salário mínimo", pontuou o presidente do Senado.

Para Maria das Mercês, presidente do Sindicato dos Servidores de Carpina (PE), o apoio do Congresso Nacional será um instrumento importante para a Central na aprovação da PEC. "A proposta do salário-base é excelente para acabar com o descaso dos empregadores em relação às condições de trabalho e remuneração dos servidores", defendeu.

Regulamentação da Convenção 151

A presidente Dilma Rousseff assinou em março o Decreto nº 7.944, promulgando a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelece, entre outros pontos, o direito à negociação coletiva para os servidores públicos. Para entrar em vigor, a Convenção precisa ainda ser regulamentada.

Com este objetivo, a CSB atuou junto aos parlamentares em Brasília levando às mesas de debate o apoio da entidade para a rápida regulamentação da Convenção, uma vez que esta é uma das grandes demandas do setor público atualmente. A Central defendeu no Congresso Nacional o estabelecimento de normas claras como fator importante para aperfeiçoar a negociação coletiva e evitar o risco de alteração nas futuras mudanças de governo. Além disso, o aprimoramento da 151 proporcionará mais garantia de direitos aos trabalhadores.

Jorge Antonio da Silva Nascimento, presidente da Federação dos Servidores Públicos Municipais do Espírito Santo (Fespume), considera a regulamentação da Convenção uma das grandes demandas do setor público hoje. "Temos que discutir a organização sindical no setor público como um todo. A negociação coletiva será uma grande vitória, e isso nos move a discutir de maneira global. O papel da CSB nessa discussão é fundamental", pontuou o dirigente.

Contribuição sindical

A Instrução Normativa (IN) nº 01/2013, publicada em janeiro de 2013 pelo ex-ministro do MTE, Brizola Neto, transformava em opcional a cobrança da contribuição sindical dos servidores públicos. Durante a audiência pública, que contou com a presença do secretário de Relações do Trabalho do MTE, Manoel Messias Nascimento Melo; Alvaro Egea, secretário-geral; e Cosme Nogueira, diretor de educação e cultura da entidade, além de dirigentes das outras centrais, a CSB condenou esta Instrução, que cessa os efeitos da IN nº 01/2008, responsável por determinar a cobrança da contribuição sindical de todos os servidores públicos.

Cosme Nogueira discursou durante o evento e expôs à mesa da audiência os argumentos contundentes da CSB contra a IN 01/2013. "Esta Instrução só vem lesar os servidores públicos porque ela interfere diretamente no sistema de organização das instituições. No momento em que ela se baseia principalmente na questão do custeio, não se pode pensar que uma entidade sindical possa exercer seu mandato em defesa da classe trabalhadora se houver interferência direta na organização dela", salientou o dirigente.

Para Jorge Nascimento, da Fespume, o ponto mais marcante foi o consenso entre as centrais na revogação da Instrução após a contundente argumentação da CSB. "Nós precisamos do dinheiro da contribuição para mantermos os trabalhos pelas categorias com dignidade. A proibição da contribuição dá a impressão de que não estão nos vendo como trabalhadores. Para não aniquilar os sindicatos, é preciso haver a contribuição legal", argumentou.

O MTE, atendendo às reivindicações, publicou no Diário Oficial da União a Instrução Normativa nº 02, de 28 de fevereiro, que torna sem efeito, por um período de 90 dias, a Instrução Normativa nº 01. Durante o período do efeito suspensivo, as centrais se reunirão numa câmara bipartite, governo e servidores públicos, para buscar uma solução alternativa consensual de financiamento dos sindicatos dos servidores.

Ibrahim Yusef, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Tribunal de Contas do Distrito Federal (Sindireta/DF), afirma que a contribuição representa um fortalecimento das entidades sindicais. "No momento que se tem condições financeiras para bancar o movimento sindical, as entidades crescem e obtêm mais ferramentas para defender os direitos da categoria", finalizou.

Propostas da categoria também foram levadas ao vice-presidente da Câmara, André Vargas

FILIE-SE À CSB
CSB
CENTRAL DOS SINDICATOS BRASILEIROS
SINDICATOS FORTES
BRASIL MAIS JUSTO

JORNAL CSB
Abr/2013

Apoio às bandeiras de luta e fortalecimento dos sindicatos na defesa das categorias

Reivindicações dos agentes penitenciários, servidores da saúde, administradores e prestadores de serviços estão na pauta da CSB

A Campanha Nacional pela Ampliação dos Direitos Trabalhistas, promovida pela CSB em Brasília, deu respaldo e ainda mais visibilidade e abrangência à luta da entidade na defesa dos direitos das categorias que a Central representa. As audiências e os encontros com parlamentares e lideranças partidárias na capital federal levantaram questões emergenciais da pauta trabalhista que são de interesse vital para os agentes penitenciários, servidores da saúde, administradores e prestadores de serviços.

Agentes penitenciários

No dia 30 de janeiro, cerca de 300 agentes penitenciários, com o apoio do Sindicato dos Agentes de Atividades Penitenciárias do Distrito Federal (Sindpen-DF), filiado à CSB, fizeram um ato público em frente ao Ministério da Justiça em repúdio ao veto ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 87/2011, que regulamenta e autoriza o uso de armas de fogo pelos agentes penitenciários fora do horário de serviço.

Segundo Alan Vieira, presidente do Sindpen-DF, o veto da presidente Dilma Rousseff teve o argumento de que a regulamentação da lei colocaria um maior número de armas circulando na sociedade. Entretanto, ele afirma que isso não representa um perigo. "Se houver a regulamentação, não haverá problemas, porque as armas são registradas, legalizadas. Se a lei entrar em vigor, haverá uma fiscalização maior por parte do Estado, uma vez que as armas são numeradas e identificadas por servidor que as usa", ponderou o dirigente.

Durante a ação da CSB, os dirigentes da entidade e os representantes da categoria se encontraram com o senador Gim Argello, líder do PTB no Senado. Antonio Neto expôs a luta contra o veto ao PLC 87/2011. A Central pediu apoio ao parlamentar, que reagiu positivamente aos ideais propostos. "As portas do gabinete estão sempre abertas, conte com o nosso apoio", finalizou.

O Sindpen-DF pretende, com o apoio da CSB, fazer um trabalho no Congresso Nacional para convencer os parlamentares a derrubar o veto. "Esperamos que a Central nos ajude neste trabalho, para, juntos, fazermos um apelo às autoridades competentes para que se dê mais atenção ao sistema penitenciário brasileiro", finalizou Alan Vieira.

Servidores da Saúde

A Federação dos Empregados em Estabelecimentos de Saúde do Rio de Janeiro representa aproximadamente 20 sindicatos do estado, e sua presidente, Maria Barbara da Costa, trabalha em defesa das principais demandas da categoria. "Este ano tivemos a conquista do plano de cargos para os trabalhadores, com 10% de aumento. Mas vamos batalhar por mais reconhecimento", enfatizou Maria Barbara.

A dirigente considera que a ação da CSB em Brasília pode ser uma esperança para destravar questões da categoria que estão no Congresso, como o Projeto de Lei do Senado (PLS) 26/2007, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, o PL 2295/2000, que define a jornada semanal da categoria em 30 horas e o plano nacional de salários. "Temos uma grande responsabilidade. Precisamos de uma central, forte e diferente, que nos ajude. Temos a certeza de que a CSB vai atuar conosco em defesa de nossos objetivos", pontuou a presidente da Federação.

"Devemos proteger o trabalhador dos aventureiros que usam a terceirização para explorá-los"

Em relação à redução da jornada de trabalho para 30 horas, Maria Barbara é categórica ao afirmar que não haverá impacto financeiro. "A redução gradativa seria ideal, além de ser justa para os trabalhadores. Com negociação, podemos chegar a um consenso", explicou.

Em junho, será formada uma comissão para discutir o piso salarial para 2014 e o enxugamento das faixas sem perdas de salários. "Sabemos que a CSB estará conosco nessa luta pelos trabalhadores da Saúde do Rio de Janeiro", concluiu Maria Barbara.

Administradores

João Alberto Fernandes, vice-presidente da CSB, Pierre Januário, presidente do Sindicato dos Administradores do Maranhão, e Clóvis Matoso, presidente da Federação Brasileira dos Administradores, pediram o apoio dos deputados Weverton Rocha (PDT/MA) e Simplício Araújo (PPS/MA), em Brasília, na articulação política para defender os interesses da categoria tanto no âmbito federal como no estado do Maranhão.

Agentes penitenciários se reuniram com o senador Gim Argello para debater o PLC 87/2011

Pierre Januário expôs as propostas em pauta. "Precisamos defender o piso salarial do administrador no Maranhão. No âmbito nacional tem um projeto de lei que também trata do piso salarial da categoria no Brasil, mas está engavetado. Temos uma tarefa de desengavetar esse projeto de lei e fazer essa articulação para voltar o debate", argumentou o dirigente.

Weverton Rocha e Simplício Araújo se mostraram atentos e solícitos às reivindicações e afirmaram que pedirão auxílio de suas bancadas no levantamento das necessidades dos administradores.

Para Pierre Januário, a necessidade de articulação política é uma confirmação do fortalecimento da democracia. "A ação em Brasília foi fundamental para estipular um piso salarial estadual dos administradores e um acordo coletivo. E nós precisamos do apoio da CSB nessas bandeiras de luta. Na área dos administradores a ação foi extremamente positiva", finalizou.

Prestadores de serviços

A prestação de serviços é alternativa útil para aumentar a produtividade. Trata-se de uma forma de especialização que não deve ter relação direta com a atividade central da empresa que contrata o serviço especializado e permite que o prestador dedique-se exclusivamente à companhia.

Entretanto, o que teoricamente parece ser uma relação de trabalho acaba virando uma arma perigosa para algumas empresas públicas e privadas, que utilizam a terceirização como um meio para infringir as leis trabalhistas.

Para Antonio Neto, os maiores problemas estão relacionados ao desrespeito às convenções coletivas das categorias. "Devemos proteger o trabalhador dos aventureiros que usam a terceirização para explorá-los", defende o presidente da CSB.

A Central luta pela punição de empresas que utilizam a terceirização para precarizar o trabalho; criação de leis que controlem a prestação de serviço e garantam segurança jurídica; proibição da existência de empresas com atividade econômica genérica; igualdade de direitos entre funcionários da empresa e terceirizados.

"A prestação de serviço é eficaz no processo produtivo, mas não permitimos que ela seja utilizada para reduzir direitos trabalhistas ou para distorcer o mercado de trabalho por conta da atuação de empresas irresponsáveis", concluiu Antonio Neto.

40 horas já!

Fim do fator previdenciário!

Fim da demissão imotivada!

CSB se filia ao DIAP para aprimorar atuação legislativa

União de forças entre a CSB e o Departamento Intersindical é mais uma ferramenta para o crescimento das duas entidades

No dia 28 de fevereiro, a CSB filiou-se ao Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). A cerimônia de filiação aconteceu na Câmara dos Deputados durante a ação da CSB em Brasília. O DIAP possui 900 entidades sindicais filiadas, e atua nos poderes da República, em especial no Congresso Nacional, dando auxílio técnico-legislativo.

Para Antonio Neto, a instituição é de vital importância para os trabalhadores. "O DIAP faz radiografias das questões debatidas no Congresso que envolvem os trabalhadores. Em toda legislatura eles emitem uma brochura analisando as ações da Casa", explicou Neto referindo-se aos livros produzidos pelo órgão.

Ato de filiação da CSB ao DIAP aconteceu no salão verde da Câmara dos Deputados

Filiação como instrumento de luta

O diretor da entidade, Antônio Augusto de Queiroz, o Toninho do DIAP, se mostrou muito entusiasmado com a filiação e o crescimento da CSB. "É uma honra para o DIAP receber essa nova Central, que está congregando, se organizando em torno de diversos setores da economia nacional, como profissionais liberais, comércio, prestadores de serviço, bancários. Uma entidade que surge com muita força, e tenho certeza de que a CSB vai ser uma grande Central", comemorou o diretor.

O DIAP apoia e defende a pauta trabalhista proposta pela CSB em Brasília, além de considerar que a filiação da Central dará ainda maior prestígio ao Departamento e ampliará a abrangência dos trabalhos. "Por que não se pode reduzir novamente de 44 para 40 horas a jornada de trabalho? Rever essa questão do fator previdenciário e uma série de outras matérias que angustiam o trabalhador. É uma filiação muito bem-vinda, estamos satisfeitos com a decisão política de vocês de se filiar, e contem conosco para o que precisar do DIAP", concluiu Toninho.

Portaria aperfeiçoa registro de entidades sindicais de trabalhadores e de patrões

Publicada em 4 de março, a Portaria 326 (atualização da Portaria 186), que regulamenta a criação e registro de entidades sindicais de trabalhadores e patronais, busca garantir a legitimidade dos pleitos de registro sindical, dar mais transparência, controle e rapidez no processo.

Regras mais adequadas para o registro de entidades rurais foram adotadas, e para evitar que pessoas alheias à categoria criem ou alterem sindicatos, a identificação e qualificação dos assinantes dos editais e requerimentos foram regulamentadas. Está previsto também maior rigor quando houver desmembramento e dissociação.

Na página "Legislação", na seção "Serviços" do site da CSB, você encontra a íntegra da Portaria 326.

Ministério do Trabalho divulga nova regra para solicitações no CNES

Foi publicada no Diário Oficial da União, em 22 de fevereiro, a Portaria 268, que consiste em nova regra para pedidos realizados eletronicamente via internet no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES).

A partir de 2 de abril, todas as solicitações elaboradas pelas entidades sindicais no CNES, como atualização estatutária, de diretoria, mudança de endereço e filiação, deverão ser feitas com o uso de certificação digital, emitida conforme a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Para mais informações sobre a Portaria 268, acesse a página "Legislação", na seção "Serviços" do site da CSB.

Nova determinação para recadastramento de entidades é oficializada

A Portaria nº 2, que organiza os procedimentos para a atualização dos dados das entidades sindicais no CNES, está em vigor desde 22 de fevereiro.

Nas novas regras do recadastramento, será obrigatório, junto ao requerimento eletrônico, o acompanhamento da ata de eleição e apuração de votos da diretoria, registrada em cartório, com a indicação da forma de eleição; o número de sindicalizados; o número de sindicalizados aptos a votar; o número de votantes; as chapas concorrentes com a respectiva votação; os votos brancos, os nulos; o resultado do processo eleitoral, acompanhada da lista de presença contendo finalidade, data, horário e local da realização; e, ainda, o nome completo, número do CPF, razão social do empregador e assinatura dos presentes.

As outras exigências do MTE estão elencadas na página "Legislação", na seção "Serviços" do site da CSB.

MTE suspende Instrução Normativa que tornava opcional contribuição sindical dos servidores públicos

Desde 28 de fevereiro, a Instrução Normativa nº 2 torna sem efeito, por um período de 90 dias, a Instrução Normativa nº 1, de 14 de janeiro de 2013, que, desde o início do ano, transformava em opcional a cobrança da contribuição sindical dos servidores públicos.

A contribuição sindical dos trabalhadores do setor público é legítima e legal, e somente pode ser contestada ideologicamente ou politicamente, não interferindo em sua prática. Ao suprimir este orientador de arrecadação de fonte de custeio, o Estado inviabiliza a representação junto ao setor público, diminuindo a proteção ao trabalhador que trabalha em função pública e destrói todo o sistema sindical de proteção da categoria.

O texto integral da IN nº 2 está na página "Legislação", na seção "Serviços" do site da CSB.

FILIE-SE À CSB

CSB
CENTRAL DOS SINDICATOS BRASILEIROS

SINDICATOS FORTES
BRASIL MAIS JUSTO

JORNAL CSB
Abr/2013

Contabilistas vão ao Senado propor alterações no PL 289/2008

Projeto de lei fragiliza o controle contábil das empresas e pode causar desemprego na categoria se for aprovado

Em uma das reuniões dos dirigentes da CSB com o senador Paulo Paim (PT/RS), no dia 27 de fevereiro, em Brasília, os presidentes das Federações de Contabilistas do Brasil estiveram em audiência com o parlamentar para debater alternativas à redação do Projeto de Lei (PL) do Senado nº 289/2008, de autoria do próprio Paim, que altera o parágrafo 2º do artigo 1.179 do Código Civil. A pedido do senador, os dirigentes retornaram ao Senado Federal no dia 6 de março para dar continuidade e aprofundamento ao assunto.

O projeto tem o objetivo de dispensar o empresário e a sociedade empresária optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) da obrigação de seguir um sistema de escrituração contábil, levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

Risco para a categoria

Paulo Paim reconheceu a necessidade da retirada do projeto da pauta do Congresso após pedido feito pelos representantes da categoria. O objetivo é debater de maneira mais consistente o tema e fazer revisões, porque, além de fragilizar o controle contábil das empresas, haveria um aumento do desemprego, bem como problemas de ordem jurídica para os trabalhadores.

"Meu compromisso é com os trabalhadores, e se este projeto impacta de forma negativa sobre eles, faremos uma revisão", afirmou o senador.

Participaram da reunião Luiz Sérgio da Rosa Lopes, presidente da Federação dos Contabilistas dos Estados do Rio de Janeiro (RJ), Espírito Santo (ES) e Bahia (BA), e vice-presidente da CSB; Almir da Silva Mota, da Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo; Rogério Marques Noé, da Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo; Divanzir Chiminácio, da Federação dos Contabilistas do Estado do Paraná; e o 1º vice-presidente financeiro da Federação dos Contabilistas do Rio Grande do Sul, Sérgio Gilberto Dienstmann.

Representantes das Federações de Contabilistas manifestaram preocupação com o texto atual do projeto. "O maior problema seria o aumento de demissões no Brasil, uma vez que cerca de 90% das pequenas e microempresas estão dentro dos escritórios de contabilidade, notadamente no interior do país", alerta Luiz Sérgio Lopes.

Representantes dos contabilistas foram a Brasília pedir ao senador Paulo Paim a retirada do PL 289/2008 da pauta do Congresso

CSB promove Encontro Nacional da Juventude em Salvador

Parceria da Central com a Fenata pretende discutir e ampliar a ação da juventude junto às classes trabalhadoras

Nos dias 16 e 17 de agosto acontecerá em Salvador o Encontro Nacional da Juventude da CSB. O evento será promovido pela Executiva Nacional da Central em parceria com a Secretaria Nacional da Juventude e a Federação Nacional dos Técnicos Agrícolas (Fenata), e tem o objetivo de definir um plano de trabalho para um setor de grande importância na sociedade brasileira, organizando os jovens sindicalistas da CSB para que eles atuem por políticas públicas voltadas para o setor. O local do evento será divulgado em breve no site da Central.

"É necessário formar jovens que possam dar seguimento ao movimento sindical e mantenham vivas as questões de interesse dos trabalhadores"

No encontro, que será pautado por debates, está prevista a criação de um manifesto da CSB Jovem contendo todos os pontos considerados prioritários pela juventude da Central, tanto para o Brasil como para os trabalhadores.

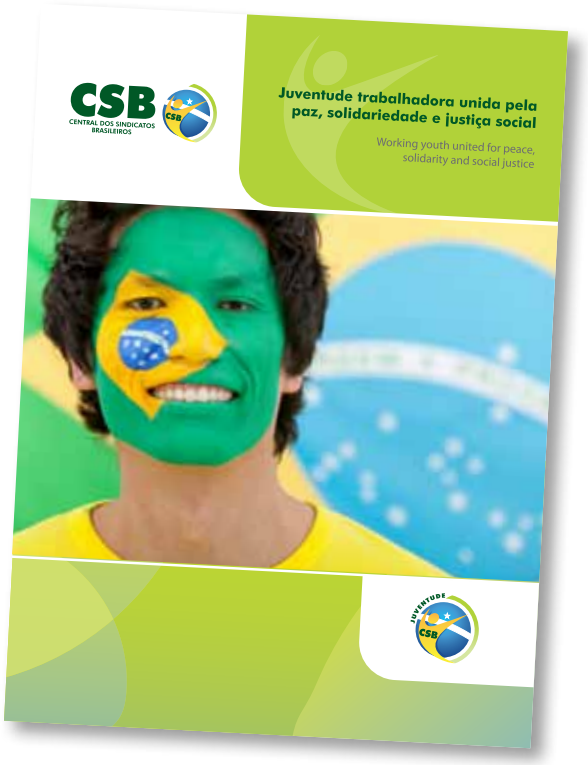
Para Marcelo Gonçalves, secretário nacional de juventude da CSB, o objetivo é fazer um debate global. "Vamos discutir a situação do jovem e o trabalho da Central no cenário nacional. O movimento jovem da CSB pode ser um instrumento de construção e ampliação da entidade, e também de formação de políticas que ajudem no crescimento e nos trabalhos", explicou.

Importância da juventude para a CSB

Para o presidente do Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Estado da Paraíba (Sintag/PB) e subsecretário nacional da Juventude da CSB, Gustavo José Barbosa, é fundamental que se crie um plano estratégico para o próximo período, aprimorando o funcionamento da Secretaria e da Central.

"É necessário formar jovens que possam dar seguimento ao movimento sindical e mantenham vivas as questões de interesse dos trabalhadores", defendeu Gustavo Barbosa.

A Central tem o compromisso e a preocupação de formar novos quadros dentro da Secretaria Nacional da Juventude. "É muito importante estimular os jovens para que eles mantenham a gana e o desejo de sempre trabalharem em novos projetos", concluiu Marcelo Gonçalves.



Em defesa da CLT!
Para ampliar direitos e distribuir renda!
Pela valorização dos servidores públicos!

CLT 70 anos: não há nada mais moderno do que proteger o trabalhador

A CSB conclama seus sindicatos filiados a implementarem no Brasil inteiro as comemorações do Dia do Trabalhador em homenagem à CLT

No dia 1º de maio de 1943, o estádio São Januário foi palco de um dos mais importantes atos para os trabalhadores brasileiros. Diante de 40 mil trabalhadores, o presidente Getúlio Vargas assinava o Decreto-Lei nº 5.452, reunindo todas as leis de proteção do trabalhador.

São Januário e o Rio de Janeiro entravam para a história como o palco para um ato cercado de simbologias, iniciando um novo marco na vida do povo brasileiro.

Avanços de proteção aos trabalhadores, que regulavam e normatizavam as relações trabalhistas, foram concentrados para mitigar a exploração do homem sobre o homem e sustentar uma era de prosperidade e desenvolvimento social que acompanhou o Brasil por mais quatro décadas, período em que o país sustentou um crescimento médio de 7% ao ano.

O iluminista Henri Lacordaire já afirmava em pleno século XIX que "entre o forte e o fraco, entre o rico e o pobre, entre o patrão e o empregado, é a lei que liberta e a liberdade que escraviza".

Nada é mais moderno do que combater a desigualdade. Nada é mais arcaico do que a exploração. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) representa a segurança do trabalhador e uma carta sagrada para os empresários sérios e modernos.

Combater a CLT ou taxá-la de retrógrada só interessa aos maus empresários, aos predadores do mercado de trabalho que visam ao lucro a qualquer preço, posturas consideradas nefastas na sociedade moderna.

Durante muito tempo, consciente ou não, alguns setores tentaram confundir os direitos trabalhistas com impostos que recaíam sobre a folha de salários, criando uma falsa impressão de que o "custo" de um trabalhador impedia a competitividade das empresas brasileiras.

Macular os direitos assegurados pela CLT e outros que se somaram na evolução de nosso país, como férias, limitação de jornada de trabalho, fundo de garantia, licença-maternidade, 13º salário, isonomia salarial de gênero, aposentadoria, entre outros, é o mesmo que, antes de 1888, advogar a redução do alimento fornecido ao escravo para aumentar o lucro do dono.

Portanto, nada é mais justo, moderno e civilizado do que enaltecer o Decreto-Lei que iniciou o processo de amadurecimento da sociedade brasileira e alicerçou as bases para o desenvolvimento econômico e social de nosso país.

A CSB conclama seus sindicatos filiados a implementarem no Brasil inteiro as comemorações do Dia do Trabalhador em homenagem à CLT, respaldando a nossa luta pela ampliação dos direitos trabalhistas e fortalecimento dos sindicatos.

MODERNO É PROTEGER O HOMEM DA EXPLORAÇÃO

Vamos juntos construir um Brasil melhor.

Antonio Neto

Valdir Raupp destaca luta da CSB em pronunciamento no Senado

Discurso repercute a ação da Central e apoia o trabalho da entidade na defesa da pauta dos trabalhadores

Em pronunciamento feito no Plenário do Senado, no dia 25 de março, o senador Valdir Raupp destacou a importância das lutas da CSB na defesa dos direitos dos trabalhadores e pelo fortalecimento sindical.

No discurso, o senador ressaltou a importância do movimento sindical no Brasil. "Na medida em que a democracia e a cidadania se fortaleceram, o papel do movimento sindical ganhou expressão e importância ainda maiores, respaldando a necessidade de sua ampliação estrutural e organizacional. Foi exatamente com esse espírito e com essa missão que nasceu a Central dos Sindicatos Brasileiros. Seu vertiginoso crescimento reflete, antes de tudo, o surgimento dessa nova massa de trabalhadores, cada vez mais conscientes e presentes nos grandes debates nacionais", afirmou Valdir Raupp.

Para o parlamentar, o crescimento da Central, que atingiu, em 22 de março, a marca de 400 sindicatos filiados, validados no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES) do MTE, simboliza o atual cenário econômico brasileiro.

"Com o avanço na distribuição de renda e no combate às desigualdades, e com a ascensão econômica de boa parte da população, pudemos divisar um novo e alvissareiro horizonte para a classe trabalhadora brasileira", salientou o parlamentar elogiando a política de recuperação do salário mínimo e de criação de postos de trabalho.

Atuação forte e independente

Segundo Vladir Raupp, essas conquistas são resultado da ampliação do prestígio e da estruturação do movimento sindical. Ele afirma também que na medida em que a democracia e a cidadania se fortaleceram, o papel do movimento sindical ganhou ainda mais expressão e importância. "Foi exatamente com esse espírito e com essa missão que nasceu a CSB. Seu vertiginoso crescimento reflete, antes de tudo, o surgimento dessa nova massa de trabalhadores brasileiros, cada vez mais conscientes e presentes nos grandes debates nacionais. Simboliza também a constante evolução e adaptação das lutas sindicais ao momento político e econômico que vivemos interna e globalmente", expôs o senador.

Ao final do discurso, ele afirmou que o Brasil se fortalece com um movimento sindical forte e atuante, organizado sobre ampla base, com total independência política e financeira. "Esse é justamente o princípio e a força motriz que rege a CSB, com a qual me congratulo na figura de seu competente presidente, Antonio Fernandes Neto. Sindicatos fortes e independentes significam, sobretudo, um país progressista e voltado para o bem-estar da sua gente", concluiu Valdir Raupp.

Senador Valdir Raupp defende as propostas da pauta da CSB e o fortalecimento do movimento sindical